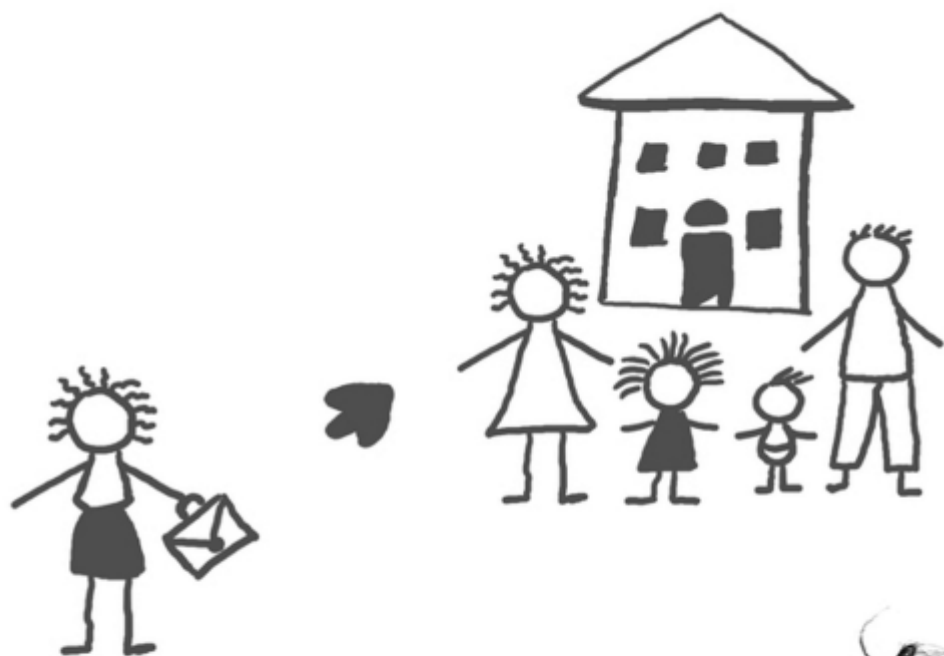


2010

Relatório Anual de Informações



MENSAGEM | DIRETORIA EXECUTIVA

Prezados,

É com satisfação que a Diretoria Executiva da PSPP apresenta o Relatório Anual contendo as principais atividades realizadas e os resultados alcançados no exercício de 2010, acompanhado das Demonstrações Contábeis e dos Pareceres do Atuário, Auditores Independentes, Conselho Fiscal e Deliberativo.

A apresentação deste Relatório Anual vai muito além do cumprimento de uma exigência legal. Ele é um importante instrumento de comunicação, através do qual a PSPP demonstra seu compromisso com uma gestão eficiente e com a transparência necessária para que os seus participantes e patrocinadoras possam acompanhar o andamento das suas atividades e os resultados obtidos. Entendemos que a transparência da gestão agrega valor ao trabalho realizado.

Além disso, com a disponibilização deste Relatório no site da PSPP, torna-se uma ferramenta através da qual os funcionários das empresas BRF que ainda não são participantes, possam conhecer mais profundamente a Entidade, seus objetivos e seus resultados, de forma a estimulá-los a ingressar no Plano, com a confiança e segurança de estarem tomando a atitude correta para o planejamento do seu futuro.

O ano de 2010 foi especialmente desafiador para os fundos de pensão. Com o compromisso e a responsabilidade de administrar os investimentos de tal forma que possam garantir o cumprimento de seu objetivo, que é o pagamento de benefícios, nos vimos às voltas com um cenário econômico que não demonstrou, durante todo o ano de 2010, uma tendência clara. Além disso, foi agravado pela crise fiscal européia e o risco de nova desaceleração econômica nos Estados Unidos. Como resultado, o desempenho de alguns segmentos foi bastante prejudicado, em especial a Bolsa de Valores que, medida pelo Ibovespa, acumulou uma rentabilidade de 1,04% no ano, sendo a volatilidade o principal fator a ser destacado.

Em relação à PSPP, encerramos o ano com uma rentabilidade de 10,08%, representando 103% do CDI e 84% da meta atuarial (IPCA + 5,75%a.a.), a qual ficou em 12,00%. Desta forma, apesar do desempenho dos investimentos terem tido um bom resultado frente ao CDI e, também, ao IPCA – índice utilizado pelo governo para mensuração da inflação -, a meta atuarial não foi atingida. Todavia, obtivemos um resultado próximo ao equilíbrio durante o exercício de 2010 e um superávit acumulado de R\$ 1.223.714,40.

Agradecemos aos Conselheiros, aos membros do Comitê de Investimentos, à equipe de gestão da PSPP, aos RH's locais, fornecedores, parceiros de negócio, patrocinadoras e participantes por compartilharem conosco mais um ano de muito trabalho e sucesso.

Diretoria Executiva



**CANAIS DE
COMUNICAÇÃO
COM A PSPP**

SITE:
www.pspp.com.br

E-MAIL:
pspp@brasilfoods.com

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
0800 286 7777 (opção 2)
(47) 3249 4444 (opção 2)

ENDEREÇO:
Rua Jorge Tzachel, 475
Bairro Fazenda
Itajaí . SC
CEP 88301-600

PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2010

Realização do estudo de ALM (Asset Liability Management – Gestão do Ativo e Passivo): Esse estudo persegue o "casamento" entre as necessidades de fluxo de caixa para pagamento de benefícios e a disponibilidade de recursos aplicados nas diversas carteiras de ativos. O objetivo é apontar a melhor composição da carteira de investimentos, baseado no fluxo de pagamento de benefícios, que permita reduzir os riscos e aumentar a rentabilidade, sem comprometer a liquidez. O resultado deste estudo está contemplado nas políticas de investimentos de 2011.

Treinamentos: Em maio de 2010 foi realizado um evento específico para dirigentes e conselheiros da PSPP, com objetivo de aprimorar ainda mais a gestão da Entidade, oportunizando discutir, analisar e aprofundar o conhecimento dos processos inerentes ao papel de cada órgão estatutário. Durante todo o ano de 2010 foram realizados vários treinamentos para as equipes de Recursos Humanos, responsáveis pelos processos da PSPP nas unidades e regionais, com objetivo de orientar, tirar dúvidas e melhor prepará-los, tanto para oferecer o plano aos funcionários quanto atender aos participantes que os procuram.

Seleção e contratação de gestor exclusivo Renda Variável – Western Asset: Esta ação é parte integrante do processo de reestruturação dos investimentos, buscando elevar os níveis de performance do segmento de renda variável.

Criação do Boletim Conexão PSPP: Este informativo bimestral é direcionado aos órgãos de gestão da PSPP e tem por objetivo fortalecer a comunicação entre a Entidade e seus dirigentes e colaboradores, mantendo-os atualizados e informados sobre as atividades de gestão da PSPP. Em breve este boletim informativo será dirigido também aos participantes, como parte do plano de comunicação que está em desenvolvimento.

Alteração dos Regulamentos dos Planos I e II, e emissão dos 3º e 4º Termos Aditivos aos Convênios de Adesão: Alterações necessárias para prever a possibilidade de migração dos participantes autopatrocinados e diferidos do plano I para o Plano II e ajustar os Convênios de Adesão para refletir a alteração da razão social da patrocinadora BRF Brasil Foods S.A. e a incorporação da patrocinadora Avipal Nordeste S.A. pela BRF.

Programa Integrado de Educação Financeira e Previdenciária: Este programa é de extrema importância e está sendo desenvolvido em parceria com outros 12 fundos de pensão de Santa Catarina, através da ASCPrev – Associação Catarinense de Previdência Complementar, com o objetivo de contribuir para a formação de consciência financeira e previdenciária, buscando a melhoria da saúde financeira e também estimular novas adesões aos planos.

A primeira etapa contou com a realização de uma pesquisa junto a uma amostra de participantes e não participantes, cujas respostas estão sendo utilizadas como norteador das ações que farão parte do programa.

Revisão dos Controles Internos: Revisão realizada com base nos mapas e fluxos dos processos da Entidade, buscando elevar ainda mais o nível de governança corporativa, dando maior transparência e segurança aos processos, além de suportar os dirigentes em sua gestão e atender as recomendações da Supervisão Baseada em Risco.

Migração dos participantes autopatrocinados e diferidos do Plano I para o Plano II: Oferecer aos participantes autopatrocinados e diferidos do Plano I a oportunidade de migração para o Plano II.

Recadastramento: É feito regularmente para manter atualizada a base cadastral da PSPP bem como garantir a consistência nos pagamentos dos benefícios para os aposentados e pensionistas. Para os participantes ativos, as patrocinadoras promoveram em 2010 uma ampla campanha de recadastramento de seus funcionários. A atualização da base cadastral das patrocinadoras atualiza automaticamente a base cadastral da PSPP.

Certificação de dirigentes: Processo realizado para atestar o nível de qualificação dos profissionais da Entidade e atender a legislação específica. Em novembro de 2010, a Diretora Superintendente Rosane von Mecheln recebeu o título de Profissional Certificado com Ênfase em Administração, concedido pelo ICSS - Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social, por meio do seu processo de avaliação por experiência.

Alteração das premissas atuariais: Atualização da tábua de mortalidade e taxa de juros, utilizadas na avaliação atuarial, com o objetivo de trazer mais segurança ao Plano e aos seus participantes, bem como alinhar as premissas ao cenário econômico.

Projeto de harmonização dos planos de previdência: Este estudo foi realizado pela consultoria Mercer, Entidade e patrocinadoras, e foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2010. O projeto se propôs a analisar detalhadamente todos os aspectos inerentes aos benefícios de previdência oferecidos pelas patrocinadoras aos seus funcionários e propor alternativas para melhoria dos planos e para a estrutura de governança da Entidade. Os resultados deste projeto estão sob análise da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, órgão regulador e fiscalizador dos fundos de pensão como a PSPP, e após a sua aprovação serão amplamente divulgados a todos os participantes.

1. ALTERAÇÕES NOS REGULAMENTOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, aprovou alterações nos Regulamentos dos Planos I e II, através das Portarias PREVIC nº 397 e nº 396, de 28/05/2010, respectivamente. As principais alterações introduzidas foram:

- Alteração na razão social da Patrocinadora Perdigão S/A para BRF - Brasil Foods S/A;
- Adequação às disposições contidas na Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009;
- Adequação ao disposto no Estatuto da Entidade, aprovado pela SPC através da Portaria 2.824 de 07/04/2009;
- Permissão para que os participantes que se encontravam em afastamento de trabalho em data anterior a 31/10/2009 e os autopatrocinados e diferidos optassem pela transferência do Saldo de Conta Aplicável do Plano I para o Plano II.

A íntegra do Estatuto e dos Regulamentos dos Planos I e II está disponível no site da PSPP (www.pspp.com.br).

2. SEGURIDADE

2.1 PARTICIPANTES

A PSPP encerrou 2010 com 14.278 participantes, categorizados da seguinte forma:

PARTICIPANTES	PLANO I	PLANO II	TOTAL
Ativos	2.344	11.735	14.079
Autopatrocinados	19	85	104
Diferidos	9	30	39
Assistidos Aposentados	42	6	48
Assistidos Pensionistas	8	-	8
TOTAL	2.422	11.856	14.278

Entenda o que diferencia cada tipo de participante:

- **Ativos:** são os participantes que ainda mantém o vínculo empregatício com as patrocinadoras;
- **Autopatrocinados:** são os participantes que já se desligaram da patrocinadora, mas permanecem vinculados à PSPP, efetuando as contribuições previdenciárias e as contribuições para o custeio das despesas administrativas, aguardando o cumprimento dos requisitos para requerer o benefício;
- **Diferidos:** são os participantes que já se desligaram da patrocinadora, mas permanecem vinculados à PSPP, efetuando somente as contribuições para o custeio das despesas administrativas, e aguardando o cumprimento dos requisitos para requerer o benefício;
- **Participantes Assistidos | Aposentados:** são os participantes que já se desligaram da patrocinadora e já estão recebendo benefício pago pelos planos de previdência da PSPP;
- **Participantes Assistidos | Pensionistas:** são os beneficiários dos participantes já falecidos, que recebem benefício pago pelos planos de previdência da PSPP.

2.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

Receitas previdenciárias são as contribuições que os participantes e as patrocinadoras fazem mensalmente, para os planos de previdência.

Em 2010 as receitas previdenciárias da PSPP somaram MR\$ 14.230, sendo 54,8% relativas às contribuições de Participantes e 45,2% relativas às contribuições de Patrocinadoras.

	PLANO I	PLANO II	TOTAL	%
Participantes	750	7.051	7.801	54,8
Patrocinadoras	258	6.171	6.429	45,2
TOTAL	1.008	13.222	14.230	100,0

Valores em milhares de Reais

2.3 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

2.3.1 BENEFÍCIOS PAGOS

A folha de pagamento dos benefícios dos Planos I e II atingiu, em 2010, MR\$ 1.771, sendo 64% relativas às aposentadorias de prestação continuada e 36% referente às aposentadorias de prestação única.

	PLANO I		PLANO II		TOTAL	
	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR
PRESTAÇÃO CONTINUADA						
Aposentadoria Normal	19	454	2	125	21	579
Aposentadoria Antecipada	18	216	2	37	20	253
Aposentadoria por Invalidez	2	11	-	-	2	11
Benefício Proporcional	3	19	2	115	5	134
Pensão por Morte	8	105	-	-	8	105
SUBTOTAL	50	805	6	277	56	1.082
PRESTAÇÃO ÚNICA						
Aposentadoria Normal	2	98	-	-	2	98
Aposentadoria Antecipada	10	57	3	23	13	80
Aposentadoria por Invalidez	153	270	10	42	163	312
Benefício Proporcional	3	17	-	-	3	17
Pensão por Morte	5	148	7	34	12	182
SUBTOTAL	173	590	20	99	193	689
TOTAL	223	1.395	26	376	249	1.771

Valores em milhares de Reais

Benefícios de prestação continuada: São os benefícios cujo pagamento é realizado em parcelas mensais e consecutivas.

Benefícios de prestação única: São os benefícios cujo valor mensal é inferior a uma URP (Unidade de Referência Perdígão). Nestes casos, de acordo com os Regulamentos dos Planos, o valor total do saldo de conta é pago integralmente, em uma única parcela.

2.3.2 INSTITUTOS

	PLANO I		PLANO II		TOTAL	
	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR
Resgate Total	20	1.750	13	331	33	2.081
Resgate Contribuições	249	328	1.183	4.090	1.432	4.418
Portabilidade	3	3.101	6	153	9	3.254
TOTAL	272	5.179	1.202	4.574	1.474	9.753

Valores em milhares de Reais

- **Resgate Total:** Pago aos participantes elegíveis a um benefício pelo plano, que optam por resgatar o valor das contribuições, com direito ao recebimento de 100% do saldo de conta de participante + 100% saldo de conta da patrocinadora.
- **Resgate Contribuições:** Pago aos participantes ainda não são elegíveis a um benefício pelo plano, e optam por resgatar o valor das contribuições, com direito ao recebimento de 100% do saldo de conta de participante. Os participantes do Plano II resgatam também parte do saldo de conta da patrocinadora de acordo com tempo de serviço creditado e disposições regulamentares.
- **Portabilidade:** Opção que o participante que se desliga da patrocinadora exerce de transferir para outro plano de previdência o saldo correspondente a 100% do saldo de conta de Participante. Os participantes do Plano II transferem também, 100% saldo de conta da Patrocinadora, conforme disposições regulamentares.

2.4 HIPÓTESES ATUARIAIS

Manter o equilíbrio dos planos de benefícios que administra significa ter os recursos necessários para garantir a cobertura dos benefícios contratados.

Portanto, é imprescindível que as hipóteses atuariais que influenciam esse equilíbrio sejam constantemente monitoradas, além de garantir que estejam alinhadas com a legislação vigente, com o cenário econômico e com as características da massa de participantes da Entidade.

Com base neste contexto, o Conselho Deliberativo da PSPP aprovou a atualização de duas dessas premissas atuariais, utilizadas para apurar o valor das reservas matemáticas necessárias para garantir o pagamento de benefícios de renda vitalícia: a tábua de mortalidade e a taxa de juros atuarial. A alteração da tábua de mortalidade está em consonância com estudos recentes divulgados pelo IBGE, que apontam um aumento da longevidade da população brasileira.

Como consequência, os fundos de pensão irão pagar benefícios aos seus participantes por mais tempo. Assim, numa ação preventiva, a PSPP passou a adotar a Tábua de Mortalidade AT-2000 a partir de 2011, em substituição à AT-83, vigente em 2010.

A decisão do ajuste na taxa de juros atuariais, que passou de 5,75% a.a. para 5,5% a.a., foi baseada na análise da tendência da taxa real de juros da economia no longo prazo. A taxa de juros é utilizada na projeção da expectativa de rentabilidade dos ativos que lastreiam o pagamento dos benefícios previstos nos planos. Com a redução, estima-se um maior equilíbrio econômico para a constituição das provisões matemáticas de rendas vitalícias.

	2011	2010
HIPÓTESES FINANCEIRAS		
Taxa real anual de juros	5,50%	5,75%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios do plano	100%	100%
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (*)	AT-83 (**)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
(*) Segregada por sexo, constituída baseada na AT-2000 Basic desagravada em 10%		
(**) Segregada por sexo, constituída baseada na AT-83 Basic desagravada em 10%		

3. INVESTIMENTOS

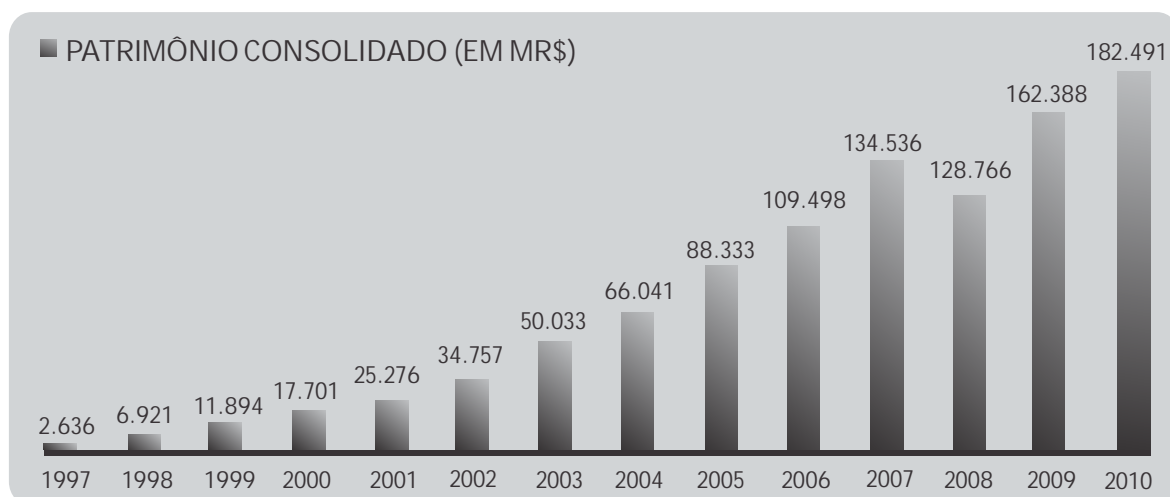
3.1 CENÁRIO ECONÔMICO

O ano foi marcado por sucessivos problemas fiscais no continente europeu. Apesar de os Estados Unidos terem iniciado, ainda que modestamente, a recuperação de sua economia, as notícias negativas da Europa influenciaram as atitudes dos investidores durante todo o primeiro semestre de 2010. As medidas de austeridade econômica adotadas pelos países europeus – não só por aqueles com problemas fiscais, mas também por economias importantes, como a França e o Reino Unido e a ajuda do Banco Central Europeu à Irlanda e à Grécia amenizaram os efeitos da crise, fazendo com que os mercados recuperassem a confiança na economia.

No Brasil, além das consequências provenientes das incertezas na Europa e tendo em vista a volatilidade no preço das commodities, os investidores não fizeram uma leitura otimista do processo de capitalização da Petrobras. Assim, apesar de ter registrado o maior crescimento da atividade econômica das últimas duas décadas acompanhado da menor taxa de desemprego registrada recentemente, apresentou expansão quase nula na Bolsa de Valores. Estes fatores contribuíram para que o índice Ibovespa fechasse o ano com 69.304 pontos, uma valorização de apenas 1,04%, abaixo das principais bolsas de valores da América. Da mesma forma o IBRX-50 encerrou o exercício com uma valorização de 0,75%, somando 9.634 pontos. Os preços das commodities apresentaram grande volatilidade, enquanto a demanda interna sustentou a expansão do crédito, pressionando os índices de inflação e obrigando o governo a revisar suas ações de combate à inflação numa combinação de aumento da taxa de juros e do recolhimento compulsório dos bancos.

3.2 PATRIMÔNIO

O Patrimônio da PSPP é constituído pelas contribuições dos Participantes e das Patrocinadoras, acrescido do retorno dos investimentos. Confira abaixo a evolução do patrimônio da PSPP, desde a sua fundação em 1997.



O valor do Patrimônio pode aumentar com a arrecadação de contribuições e com a rentabilidade positiva na carteira de investimentos, e pode reduzir através do pagamento de benefícios e eventual rentabilidade negativa da carteira de investimentos.

Em 31/12/2010, do valor total do patrimônio da PSPP, MR\$ 181.653 compõem as carteiras de investimentos, que estavam alocados nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

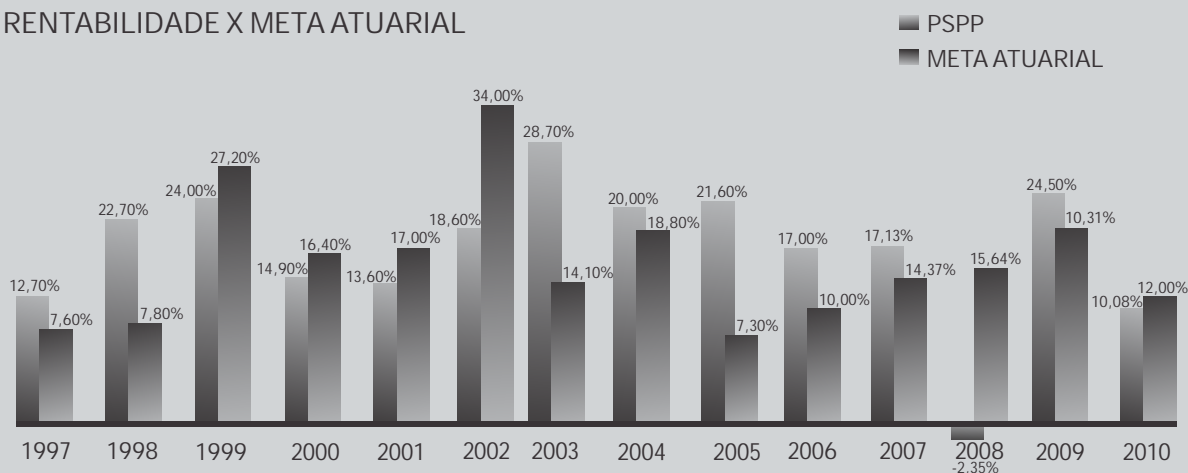
SEGMENTO	INVESTIMENTO(EM MR\$)	% SOBRE O INVESTIMENTO
Renda Fixa	132.928	73,18%
Renda Variável	48.725	26,82%
TOTAL CONSOLIDADO	181.653	100,00%

Do total aplicado em Renda Variável, 8,73%, equivalente a MR\$ 15.854, referem-se à carteira de investimentos composta por ações da Patrocinadora (BRFS3).

3.3 RENTABILIDADE CONSOLIDADA E POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A rentabilidade consolidada dos planos em 2010 foi de 10,08%. Este resultado foi inferior a meta atuarial da PSPP (IPCA + 5,75%a.a.) que atingiu 12,00%. Os efeitos do fraco desempenho da Bolsa de Valores em 2010, afetada por eventos no cenário nacional e internacional foram sentidos no segmento de renda variável.

RENTABILIDADE X META ATUARIAL

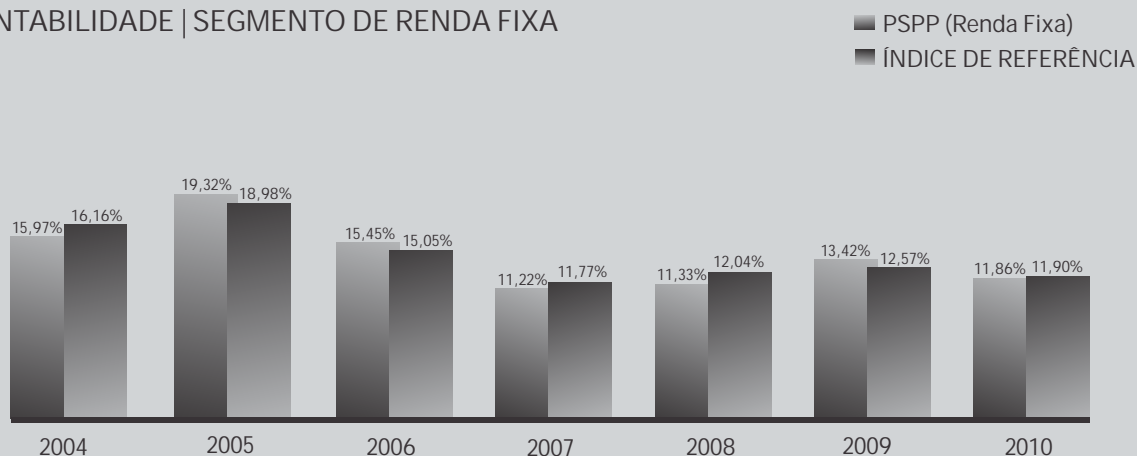


3.3.1 RENTABILIDADE | SEGMENTO DE RENDA FIXA

O segmento de Renda Fixa encerrou o ano de 2010 representando 73,23% da carteira de investimentos.

A rentabilidade deste segmento foi de 11,86%, ficando pouco abaixo do seu índice de referência que foi de 11,90% (correspondente a 70% do CDI + 30% IMA-B).

RENTABILIDADE | SEGMENTO DE RENDA FIXA

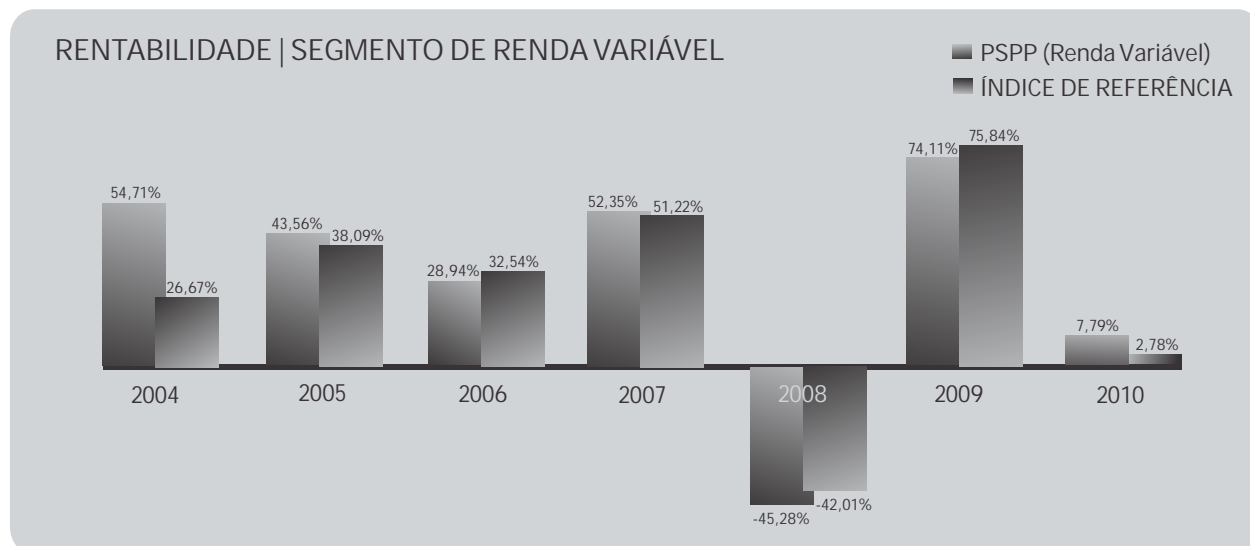


3.3.2 RENTABILIDADE | SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

O segmento de Renda Variável representou 26,77% da carteira de investimentos em dezembro de 2010.

Deste volume, 18,03% estão alocados em Fundos de Investimentos, que rentabilizaram 0,74% no ano, e 8,73% estão alocados na carteira de ações da patrocinadora (BRFS3), que rentabilizou 21,06% no ano.

A rentabilidade consolidada do segmento de renda variável em 2010 foi de 7,79%, ficando acima do índice de referência que foi de 2,78% (correspondente ao IBrX-50 + 2pp).



3.4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A tabela abaixo apresenta uma listagem de todos os investimentos da PSPP especificando cada ativo (fundos de investimento, títulos e valores mobiliários, imóveis e etc.) e os valores aplicados.

VEÍCULO DE INVESTIMENTO	VALOR FINANCEIRO (EM R\$)	% SOBRE O TOTAL	% SOBRE O SEGMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO	165.660.794,01	91,2%	100%
Western Asset Inst. 50 Ações FI	32.733.362,11	18,02%	19,76%
PSPP Multimercado FICFI	95.332.783,54	52,48%	57,55%
HSBC FI Renda Fixa Cred Priv Multi IV	24.866.263,25	13,69%	15,01%
HSBC FI Renda Fixa Reno	11.130.128,32	6,13%	6,72%
HSBC FI Renda Fixa Volga	1.598.256,79	0,88%	0,96%
AÇÕES EM CARTEIRA	15.854.616,33	8,73%	100%
DISPONÍVEL, VALOR A PAGAR E A RECEBER	137.686,41	0,08%	100%
TOTAL	181.653.096,75	100%	100%

3.5 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento à Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/06 e Instrução SPC nº. 14 de 18/01/07 apresentamos a seguir um resumo das Políticas de Investimentos 2011.

A íntegra destes documentos encontra-se no site da Entidade (www.pspp.com.br).

META ATUARIAL | ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Período de Referência: Jan/2011 a Dez/2011

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 5,5% a.a

DOCUMENTAÇÃO | RESPONSÁVEL

Aprovação da Política de Investimentos pelo Conselho Deliberativo: 5ª Reunião Ordinária Data: 20/12/2010

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:

Nome: Rosane von Mecheln

CPF: 552.220.999-20

Cargo: Diretora Superintendente

PLANOS ABRANGIDOS

CNPB	Nome do Plano
1996.0047-19	Plano de Benefícios Perdigão Previdência – Plano I
2009.0005-11	Plano de Previdência Perdigão – Plano II

GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo de Gestão	Gestores
Terceirizada	HSBC Bank Brasil S/A
	Banco Itaú S/A
	Western Asset Management Company

OBJETIVO DA GESTÃO

Esta Política de Investimentos descreve a filosofia das práticas de investimentos da PSPP, sendo desenvolvida para nortear a gestão dos ativos que lhe são confiadas.

A meta da Sociedade é administrar os recursos do plano de benefícios de forma eficiente e econômica, gerindo os riscos e buscando taxas de retorno consistentes que igualem, ao menos, a sua meta atuarial, que é de IPCA + 5,5% ao ano.

DIRETRIZES DE APLICAÇÃO

:: COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792.

Essa alocação foi definida com base em estudo de macro-alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício dessa política de investimento:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO		LIMITES	
		PLANO I	PLANO II	INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	73,5%	67%	57%	100%
Renda Variável	70%	26,5%	33%	-	43%
Investimentos Estruturados	20%	-	-	-	10%
Investimentos no Exterior	10%	-	-	-	10%
Imóveis	8%	-	-	-	8%
Operações com Participantes	15%	-	-	-	15%

:: ÍNDICES DE REFERÊNCIA E META DE RENTABILIDADE

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características dos investimentos.

Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações do mercado.

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA		META DE RENTABILIDADE
	PLANO I	PLANO II	
Renda Fixa	76% [45% (CDI) + 5% (IMAB 5) + 50% (IMAB 5+)] + 24% (IPCA + 5,5% aa)	45% (CDI) + 5% (IMAB 5) + 50% (IMAB 5+)	IPCA + 5,5% aa
Renda Variável	IBOVESPA	IBOVESPA	IPCA + 11% aa

::: POLÍTICA DE RISCO

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN nº 3.792, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Os procedimentos descritos na Política de Investimentos buscam estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, controlar e monitorar os diversos riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.

Esse tópico disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792 e por esta política de investimentos.

A política de riscos da PSPP está concentrada nas seguintes modalidades: Risco de Mercado; Risco de Crédito; Risco de Liquidez; Risco Atuarial; Risco da Exposição com Derivativos; Risco Operacional; Risco Legal e Risco Sistêmico.

::: DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas referentes ao programa previdencial e as despesas de administração de investimentos, exceto a taxa de administração, são reembolsadas pela Patrocinadora.

As despesas comuns aos dois planos administrados pela PSPP são rateadas entre eles proporcionalmente à sua participação no patrimônio total.

O quadro abaixo apresenta as despesas administrativas anuais da Entidade, segregadas por Plano:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS 2010				
DESCRIÇÃO	PLANO I	PLANO II	TOTAL	%
GESTÃO PREVIDENCIAL				
Auditoria	14.661	45.258	59.919	10,87
Consultoria Atuarial	16.923	52.328	69.251	12,56
Consultoria Financeira	1.232	3.268	4.500	0,82
Despesas com Divulgação	3.054	8.821	11.875	2,15
Despesas com Treinamento	956	1.944	2.900	0,53
Entidades de Classe	1.954	6.173	8.127	1,47
Pis/Cofins	4.771	11.396	16.166	2,93
Seguros	199	700	899	0,16
Tafic	3.250	7.000	10.250	1,86
Taxa Administração Passivo	32.813	101.316	134.129	24,34
Taxas e Serviços Públicos	24	72	96	0,02
SUBTOTAL	79.837	238.276	318.113	57,72
INVESTIMENTOS				
Consultoria Financeira/Risco	26.743	81.878	108.621	19,71
Pis/Cofins	2.749	8.155	10.904	1,98
Taxa Custódia Renda Variável	62	223	285	0,05
Taxa de Administração	28.416	84.815	113.231	20,54
SUBTOTAL	57.970	175.071	233.041	42,28
TOTAL	137.807	413.347	551.154	100

Valores em Reais

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
DISPONÍVEL	<u>1</u>	<u>1</u>	EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>446</u>	<u>293</u>
REALIZÁVEL	<u>182.936</u>	<u>162.680</u>	Gestão Previdencial	385	257
Gestão Previdencial	1.283	1.087	Gestão Administrativa	61	36
Investimentos	<u>181.653</u>	<u>161.593</u>	PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>182.491</u>	<u>162.388</u>
Ações	15.815	13.222	Patrimônio de cobertura dos planos	<u>178.146</u>	<u>159.698</u>
Fundo de Investimento	165.838	148.371	Provisões matemáticas	<u>176.922</u>	<u>158.434</u>
TOTAL	<u>182.937</u>	<u>162.681</u>	Benefícios concedidos	12.256	8.505
			Benefícios a conceder	166.822	152.484
			(-) Provisões matemáticas a constituir	(2.156)	(2.555)
			Equilíbrio técnico	<u>1.224</u>	<u>1.264</u>
			Superávit técnico acumulado	1.224	1.264
			Fundos	<u>4.345</u>	<u>2.690</u>
			Fundos previdenciais	4.345	2.690
			Fundos administrativos	31	-
			TOTAL	<u>182.937</u>	<u>162.681</u>

Valores em milhares de Reais

5.2 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL | CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	2010	2009	% VARIAÇÃO
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>162.388</u>	<u>128.767</u>	26,11
1. ADIÇÕES	<u>47.418</u>	<u>43.548</u>	8,89
Contribuições previdenciais	26.958	9.746	176,60
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	19.878	33.235	(40,19)
Receitas administrativas	581	567	2,47
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	1	-	-
2. DESTINAÇÕES	<u>(27.346)</u>	<u>(9.927)</u>	175,16
Benefícios	(23.191)	(7.778)	198,16
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	(3.568)	(1.582)	125,52
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(5)	-	-
Despesas administrativas	(551)	(567)	(2,82)
Constituição de Fundos - Gestão administrativa	(31)	-	-
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	<u>20.072</u>	<u>33.621</u>	(40,21)
Provisões matemáticas	18.488	32.903	(43,81)
Fundos previdenciais	1.624	(513)	416,57
(Déficit)/Superávit técnico do exercício	(40)	1.231	(103,25)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	<u>182.460</u>	<u>162.388</u>	12,36
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	<u>31</u>	-	-
Fundos administrativos	31	-	-

Valores em milhares de Reais

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5.3 DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO | PLANO I

DESCRIÇÃO	2010	2009	% VARIAÇÃO
1. ATIVOS	<u>30.899</u>	<u>44.595</u>	(30,71)
Recebível	61	75	(18,67)
Investimento	<u>30.838</u>	<u>44.520</u>	(30,73)
Ações	2.685	3.643	(26,30)
Fundos de Investimento	28.153	40.877	(31,13)
2. OBRIGAÇÕES	<u>253</u>	<u>234</u>	8,12
Operacional	253	234	8,12
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	<u>24</u>	-	-
Fundos administrativos	24	-	-
4. ATIVO LÍQUIDO	<u>30.623</u>	<u>44.361</u>	(30,97)
Provisões matemáticas	26.785	40.658	(34,12)
Superávit/déficit técnico	1.224	1.264	(3,16)
Fundos previdenciais	2.614	2.439	7,19

Valores em milhares de Reais

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5.4 DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO | PLANO II

DESCRIÇÃO	2010	2009	% VARIAÇÃO
1. ATIVOS	<u>151.994</u>	<u>118.085</u>	28,72
Disponível	1	-	-
Recebível	1.223	1.012	20,85
Investimento	<u>150.770</u>	<u>117.073</u>	28,78
Ações	13.127	9.580	37,03
Fundos de Investimento	137.643	107.493	28,05
2. OBRIGAÇÕES	<u>150</u>	<u>58</u>	<u>158,62</u>
Operacional	150	58	158,62
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	<u>7</u>	-	-
Fundos administrativos	7	-	-
4. ATIVO LÍQUIDO	<u>151.837</u>	<u>118.027</u>	28,65
Provisões matemáticas	<u>150.137</u>	<u>117.776</u>	27,48
Fundos previdenciais	1.700	251	577,29

Valores em milhares de Reais As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5.5 DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	2010	2009	% VARIAÇÃO
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	<u>582</u>	<u>567</u>	2,65
1.1. Receitas	<u>582</u>	<u>567</u>	2,65
Custeio administrativo da gestão previdencial	348	327	6,31
Custeio administrativo dos investimentos	233	240	(2,92)
Resultado positivo dos investimentos	1	-	-
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	<u>551</u>	<u>567</u>	(2,80)
2.1. Administração previdencial	<u>318</u>	<u>327</u>	(2,73)
Pessoal e encargos	1	-	-
Treinamentos/congressos e seminários	3	-	-
Serviços de terceiros	268	272	(1,47)
Despesas gerais	46	55	(14,55)
2.2. Administração dos investimentos	<u>233</u>	<u>240</u>	(2,92)
Serviços de terceiros	222	229	(3,06)
Despesas gerais	11	11	-
3. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2)	<u>31</u>	-	-
4. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (3)	<u>31</u>	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+4)	<u>31</u>	-	-

Valores em milhares de Reais As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5.6 DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS | PLANO I

DESCRIÇÃO	2010	2009	% VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1 + 2)	<u>28.009</u>	<u>41.922</u>	(33,19)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	<u>26.785</u>	<u>40.658</u>	(34,12)
1.1. Benefícios concedidos	<u>9.899</u>	<u>8.287</u>	(19,45)
Contribuição definida	581	517	(12,38)
Benefício definido	9.318	7.770	19,92
1.2. Benefício a conceder	<u>17.166</u>	<u>32.718</u>	(47,53)
Contribuição definida	<u>17.166</u>	<u>32.718</u>	(47,53)
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	9.530	14.735	(35,32)
Saldo de contas - parcela participantes	7.636	17.983	(57,54)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(280)</u>	<u>(347)</u>	(19,31)
(-) Serviço passado	(280)	(347)	(19,31)
(-) Patrocinador(es)	(280)	(347)	(19,31)
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	<u>1.224</u>	<u>1.264</u>	(3,16)
2.1. Resultados realizados	<u>1.224</u>	<u>1.264</u>	(3,16)
Superávit técnico acumulado	<u>1.224</u>	<u>1.264</u>	(3,16)
Reserva de contingência	1.224	1.264	(3,16)

Valores em milhares de Reais As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5.7 DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS | PLANO II

DESCRIÇÃO	2010	2009	% VARIÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	<u>150.137</u>	<u>117.775</u>	27,48
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	<u>150.137</u>	<u>117.775</u>	27,48
1.1. Benefícios concedidos	<u>2.357</u>	<u>217</u>	986,18
Contribuição definida	<u>2.357</u>	<u>217</u>	986,18
1.2. Benefício a conceder	<u>149.656</u>	<u>119.766</u>	24,96
Contribuição definida	<u>149.656</u>	<u>119.766</u>	24,96
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	<u>78.283</u>	<u>63.506</u>	23,27
Saldo de contas - parcela participantes	<u>71.373</u>	<u>56.260</u>	26,86
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(1.876)</u>	<u>(2.208)</u>	(15,04)
(-) Serviço passado	<u>(1.876)</u>	<u>(2.208)</u>	(15,04)
(-) Patrocinador(es)	<u>(1.876)</u>	<u>(2.208)</u>	(15,04)

Valores em milhares de Reais

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5.8 NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, em milhares de reais.

1. Contexto operacional

Constituição: A Perdigão - Sociedade de Previdência Privada ("PSPP"), é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, tendo sido autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 3.729 do Ministério da Previdência e Assistência Social - (MPAS), de 27 de dezembro de 1996, tendo iniciado suas atividades em 2 de abril de 1997.

Objetivo: A Entidade é dotada de autonomia administrativa, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária destinados aos funcionários e administradores das patrocinadoras.

Alterações nos planos de benefícios: Em 28 de maio de 2010 foram aprovadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através das Portarias nº 396 e 397, as alterações no Plano de Previdência Perdigão (Plano II) e no Plano de Benefícios Perdigão Previdência (Plano I), respectivamente. As principais alterações aprovadas foram implementadas para permitir que os participantes autopatrocinados e diferidos do Plano I pudessem optar pela migração para o Plano II. Para os participantes ativos, o período de migração já havia ocorrido em 2009.

As alterações foram amplamente divulgadas no site da PSPP e na intranet das patrocinadoras.

• **Planos de Benefícios e Patrocinadoras:** Os planos administrados pela PSPP e os seus patrocinadores são os seguintes:

• Plano de Benefícios Perdigão Previdência – Plano I (fechado para adesões desde 31.01.2009):

• BRF - Brasil Foods S.A.

• Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF

Plano de Previdência Perdigão – Plano II

• BRF – Brasil Foods S.A.

• Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF

• Sino dos Alpes Alimentos Ltda.

Em 31 de março de 2010 a patrocinadora Avipal Nordeste S.A foi incorporada pela BRF – Brasil Foods S.A.

Participantes: São todos os funcionários e administradores das patrocinadoras, anteriormente apresentadas, que aderiram um dos planos de benefícios administrados pela Entidade. Em 31 de dezembro de 2010, o total de participantes ativos é 14.079 (15.362 em 2009), 104 (104 em 2009) autofinanciados e 56 (51 em 2009) assistidos (aposentados e pensionistas) em gozo de benefícios.

Tipos de Benefícios:

• **Aposentadoria normal** - O benefício por aposentadoria normal é assegurado aos participantes, desde que atendidas, cumulativamente as seguintes condições: ter no mínimo 60 (sessenta) anos de idade e 10 (dez) anos de serviço creditado.

• **Aposentadoria antecipada** - O benefício por aposentadoria antecipada é assegurado aos participantes, desde que atendidas, cumulativamente as seguintes condições: ter no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de serviço creditado e não ter direito a aposentadoria normal.

- Aposentadoria por invalidez - O benefício por aposentadoria por invalidez é assegurado aos participantes, desde que atendidas, cumulativamente as seguintes condições: ter no mínimo 1 (um) ano de serviço creditado e ser elegível a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social.
- Pensão por morte - O benefício de pensão por morte é concedido aos beneficiários do participante, que vier a falecer, desde que na data do falecimento o mesmo atenda as seguintes condições: ter no mínimo 1 (um) ano de serviço creditado e não estar aguardando o preenchimento das condições estipuladas no regulamento para recebimento do benefício proporcional, além do beneficiário ter a concessão do benefício de pensão por morte pela Previdência Social.
- Benefício proporcional - O benefício proporcional será concedido ao participante que tiver optado ou presumida a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido e requerer o pagamento deste benefício após ter preenchido as seguintes condições: ter no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de serviço creditado.
- Abono anual - O abono anual será concedido ao participante que estiver recebendo ou que tenha recebido no exercício benefício de prestação mensal, bem como aos beneficiários que estejam recebendo ou que tenham recebido no exercício a pensão por morte.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, que representam a combinação de todos os planos mantidos por suas patrocinadoras, foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar ("EFPCs"), estabelecidas pelos órgãos normativos e reguladores, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBCTE 11.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo. A apresentação das demonstrações contábeis contempla a segregação contábil das operações da Entidade entre as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC foram alteradas a partir de 2010 e as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e do fluxo financeiro desse exercício, estão sendo apresentadas de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade. A Entidade optou por não apresentar nas demonstrações individuais do plano de gestão administrativa os valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela PSPP podem ser resumidas como segue:

a. Apuração do resultado

O regime de apuração de resultado é o de competência, exceto quanto ao recolhimento das contribuições dos participantes autopatrocinados, que são escrituradas pelo regime de caixa.

b. Disponível

Registra as disponibilidades existentes nos bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

c. Realizável

Gestão previdencial: O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores dos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes. Adicionalmente, as contribuições de autofinanciados, vinculados a plano de benefício do tipo contribuição definida, são registrados pelo regime de caixa.

Investimentos: Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data de aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício (Demonstrações das mutações do ativo líquido).
- Títulos mantidos até o vencimento: registra os títulos para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data de aquisição e que sejam considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem impactar o resultado do exercício (Demonstrações das mutações do ativo líquido).

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as aplicações em fundos de investimento foram classificadas como “títulos para negociação” e estão avaliados pelo valor de mercado, conforme:

- As aplicações em cotas de fundos de investimento em ações são valorizadas pelo valor da cota dos respectivos Fundos, conforme divulgadas.
- As aplicações no mercado de ações são valorizadas pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores.
- Os dividendos e as bonificações resultantes dessas aplicações, juntamente com os juros sobre o capital próprio são reconhecidos, no resultado, por regime de competência quando divulgados pela Companhias.

d. Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços de terceiros e obrigações fiscais.

e. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais pelos, e sob a responsabilidade dos atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder dos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

A provisão matemática de benefícios concedidos engloba o compromisso atuarial referente aos pagamentos futuros de benefícios vitalícios dos participantes que já estão em gozo de benefícios e o saldo remanescente para aqueles participantes que recebem rendas continuadas não vitalícias.

A provisão matemática de benefícios a conceder, considerando que os Planos I e II são estruturados na modalidade de contribuição definida, se iguala aos saldos de conta formados pelas contribuições das patrocinadoras e participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios, acrescidas do retorno dos investimentos.

O cálculo atuarial se aplica apenas à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos que englobam as rendas vitalícias em pagamento. A provisão matemática de benefícios a conceder tem por base o método de capitalização financeira para avaliação de todos os benefícios do plano de aposentadoria.

f. Equilíbrio Técnico

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial em relação compromissos dos Planos de Benefícios, apurado até a data do balanço.

g. Fundos previdenciais

Os Fundos previdenciais são compostos pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas no cálculo dos benefícios e por ganhos e perdas atuariais e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras, ou para a cobertura de eventuais insuficiências verificadas nos respectivos planos de benefícios.

h. Gestão Administrativa

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da PSPP são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo administrativo de cada plano são utilizados os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente no plano de benefícios de origem, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;

- Despesas específicas: Alocadas diretamente ao plano de benefícios de origem;
- Despesas comuns: São rateadas de acordo com o patrimônio de cada plano de benefícios;

O fundo administrativo é constituído pelas sobras entre as receitas e despesas administrativas. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA vigente, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PSPP em 15 de dezembro de 2009, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

i. Imposto de renda, PIS e COFINS

Imposto de renda

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, quando o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos a participantes dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida Lei, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

PIS/COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

4. Realizável gestão previdencial

	2010	2009
RECURSOS A RECEBER		
Patrocinadoras	628	540
Participantes	653	545
Autofinanciados	2	2
TOTAL	<u>1.283</u>	<u>1.087</u>

5. Realizável de investimentos

a. Composição da carteira

TÍTULOS	2010		2009
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL
RENTA FIXA	<u>133.105</u>	<u>133.105</u>	<u>138.860</u>
Cotas de fundos de investimento - FIC Renda Fixa (*)	<u>95.333</u>	<u>95.333</u>	<u>106.724</u>
PSPP Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	95.333	95.333	106.724
Cotas de fundos de investimento - FI Renda Fixa (**)	<u>37.595</u>	<u>37.595</u>	<u>32.136</u>
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Multi IV	24.867	24.867	18.587
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Reno	11.130	11.130	9.640
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Volga	1.598	1.598	3.909
Cotas de fundos de investimento - FI Renda Fixa (***)	<u>177</u>	<u>177</u>	-
Western Asset Sovereign II SELIC Referenciado Fundo Investimento	177	177	-
RENTA VARIÁVEL	<u>46.323</u>	<u>48.548</u>	<u>22.733</u>
Cotas de fundos de investimentos em ações (**)	<u>32.733</u>	<u>32.733</u>	<u>9.510</u>
Western Asset Institucional 50 Ações Fundo de Investimento em Ações	32.733	32.733	-
HSBC Fundo de Investimento Ações Institucional	-	-	9.510
Ações de companhias abertas (****)	13.590	15.815	13.223
	<u>179.428</u>	<u>181.653</u>	<u>161.593</u>

(*) Fundo administrado pelo Banco Itaú S.A.

(**) Fundos administrados pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo

(***) Fundos administrados pela Western Asset Management CO. DTVM LTDA

(****) Referem-se a ações da BRF - Brasil Foods S.A. (BRFS3). No mês de junho de 2009, a Entidade adquiriu 125.158 ações exercendo o direito de subscrição por ocasião da oferta primária de ações da empresa Patrocinadora BRF Brasil Foods S.A., permanecendo porém dentro dos limites legais estabelecidos pela legislação vigente.

b. Composição da carteira dos Fundos exclusivos

Em 31 de dezembro de 2010 a Entidade é cotista exclusiva do PSPP Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento e Western Asset Institucional 50 Ações Fundo de Investimento em Ações.

Abaixo a carteira dos Fundos exclusivos com posição em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
PSPP MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		
Itaú Oasis Renda Fixa – Fundo de Investimento	23.245	14.918
Itaú Perfil Referenciado DI – Fundo de Investimento	28.416	25.369
UBB Fidelidade W Fundo de Investimento Multimercado	14.601	14.911
UBB Master Fundo de Investimento Renda Fixa IMAB 5+	13.732	26.097
UBB Master Fundo de Investimento Renda Fixa IMAB 5	15.355	25.455
Valores a pagar	(20)	(27)
Disponível	4	1
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO FUNDO	<u>95.333</u>	<u>106.724</u>
WESTERN ASSET INSTITUCIONAL 50 AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES		
Western Asset Sovereign II SELIC Referenciado Fundo de Investimento	215	-
Letras Financeiras do Tesouro	184	-
Ações	32.298	-
Valores a pagar	(64)	-
Valores a receber	90	-
Disponível	10	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO FUNDO	<u>32.733</u>	-
TOTAL	<u>128.066</u>	<u>106.724</u>

c. Composição por prazo de vencimento

	2010 SEM VENCIMENTO	2009 SEM VENCIMENTO
RENDA FIXA	<u>133.105</u>	<u>138.860</u>
Títulos privados	<u>133.105</u>	<u>138.860</u>
Cotas de fundos de investimento - FIC	95.333	106.724
Cotas de fundos de investimento - FI Renda Fixa	37.772	32.136
RENDA VARIÁVEL	<u>48.548</u>	<u>22.733</u>
Títulos privados	<u>48.548</u>	<u>22.733</u>
Ações de companhias abertas	15.815	13.223
Cotas de fundos de investimento - FIA	32.73	39.510
TOTAL	<u>181.653</u>	<u>161.593</u>

d. Rentabilidade dos investimentos

A PSPP encerrou o exercício de 2010 com uma rentabilidade acumulada de 10,08% (24,5% em 2009), inferior à meta atuarial que foi de 12% (10,31% em 2009).

No segmento de Renda Fixa, a rentabilidade apurada foi de 11,86% (13,42% em 2009), ficando muito próximo do benchmark composto (70% CDI + 30% IMA-B), que foi de 11,90% (12,57% em 2009).

Já no segmento de Renda Variável, a rentabilidade apurada foi de 7,79% (67,45% em 2009), superando o benchmark (IBrX-50) que foi de 0,75% (72,41% em 2009). O desempenho da carteira foi impactado por posições em ações estratégicas que tiveram desempenho superior ao IBrX-50 no ano.

e. Parâmetros para retorno das aplicações

A Política de Investimento dos planos da Entidade define os seguintes parâmetros para retorno das aplicações:

RENDA FIXA	SEGMENTO	RENDA VARIÁVEL
<i>Benchmark</i>	CDI + IMA-B	IbrX 50
Tipo de gestão	Ativa, com retorno desejado de 70% do CDI + 30% do IMA-B.	Ativa, com o objetivo de superar o <i>Benchmark</i> + 2 p.p
Nível de risco admitido e VaR	Confiabilidade de 95%, horizonte de 21 d.u. e BVaR de 0,5% em relação ao <i>Benchmark</i> do segmento.	Confiabilidade de 95%, horizonte de 21 d.u. e BVaR de 5% em relação ao <i>Benchmark</i> do segmento.

f. Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

A avaliação de mercado considera os seguintes parâmetros:

- As aplicações em cotas de Fundos de investimentos são valorizadas pelo valor das respectivas cotas na data do balanço, informado pelos Administradores dos Fundos. As carteiras desses Fundos são, basicamente, constituídas por títulos públicos (LFT, LTN e NTN) e ações de companhias abertas, avaliados a mercado.
- As ações de companhias abertas são registradas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento das ações, no último dia útil do exercício ou em que foram negociadas em Bolsas de Valores.

g. Custódia de títulos

Os investimentos em cotas de Fundos de Investimento e as ações mantidas em carteira própria da Entidade, estão custodiadas nos respectivos administradores e/ou na Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na Cia. Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), por meio do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco Itaú S.A. e Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em atendimento às Resoluções às Resoluções nº 3.456, de 1º de junho de 2007 e nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

6. Exigível operacional | Gestão previdencial

	2010	2009
Folha de benefícios	275	193
IRRF sobre benefícios	128	64
	<u>385</u>	<u>257</u>

7. Exigível operacional | Gestão administrativa

	2010	2009
Serviços de terceiros	49	17
Administradores	7	14
Provisões	-	2
Tributos a recolher	5	2
Reembolso de despesas	-	1
	<u>61</u>	<u>36</u>

8. Exigível contingencial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, uma ação de natureza cível no montante de R\$ 1, foi classificada pelos assessores jurídicos da Entidade com probabilidade de perda provável, não sendo constituída provisão contábil dada a imaterialidade do valor em questão.

9. Patrimônio social

As provisões matemáticas nos balanços de 2010 e 2009 referem-se à avaliação atuarial realizada pelo atuário independente Towers Watson Consultoria Ltda. Conforme parecer atuarial as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atende a Resolução CGPC nº 18 de 25 de março de 2005.

	2010	2009
PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DOS PLANOS		
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos	12.256	8.505
Contribuição definida	2.938	735
Benefício definido	9.318	7.770
Benefícios a conceder	166.822	152.484
Contribuição definida	166.822	152.484
Provisões matemáticas a constituir	(2.156)	(2.555)
Serviço passado	(2.156)	(2.555)
	<u>176.922</u>	<u>158.434</u>
Equilíbrio técnico		
Superávit técnico acumulado	1.224	1.264
	<u>178.146</u>	<u>159.698</u>

Benefícios concedidos

Referem-se aos valores atuarialmente calculados dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a pagar aos participantes já em gozo do benefício, com exceção da parcela de contribuição definida.

Benefícios a conceder

Referem-se aos valores correspondentes aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno dos investimentos destinado ao pagamento de benefícios aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefício.

Provisões matemáticas a constituir

Correspondem ao saldo não amortizado referente à contribuição especial devida pelas patrocinadoras aos participantes que aderiram ao Plano I no período de 2 de abril a 1º de outubro 1997, conforme disposto no regulamento daquele Plano. O prazo remanescente para amortização dessas contribuições, em 31 de dezembro de 2010, é de 6 anos e 4 meses.

Benefícios do plano com a geração atual

Correspondem à totalidade dos saldos acumulados nas contas previdenciárias de participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

A Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, estabeleceu parâmetros técnico-atuariais mínimos para estruturação de planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar. Em relação à tábua de mortalidade, o item 2 do Regulamento anexo à referida Resolução estabelece a aplicação da tábua mais adequada à massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios, não se admitindo, porém, a adoção de tábua biométrica que gere expectativas de vida inferiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83. Em 31 de dezembro de 2010, para determinação das provisões matemáticas, a Entidade utilizou a tábua biométrica AT-2000, estando adequada aos parâmetros mínimos estabelecidos à legislação vigente.

As principais hipóteses e métodos atuariais utilizados em 2010 e 2009 foram as seguintes:

- Biométricas - Mortalidade - AT - 2000 (AT-1983 em 2009); mortalidade de inválidos - RRB - 1983.
- Econômicas - Taxa de juros - 5,5% a.a. (5,75% a.a. em 2009); crescimento salarial 0% aa; capacidade salarial: 100%.

A Tábua de Mortalidade é utilizada nos cálculos atuariais dos planos de previdência, e representa a expectativa de vida de uma população. A Tábua AT-2000 é mais conservadora que a tábua mínima determinada pela Resolução CGPC nº18 (AT-1983). Sua adoção pela Entidade está alinhada com o aumento da expectativa de vida do brasileiro e visa aprimorar os cálculos atuariais e trazer maior segurança financeira à Entidade e seus planos de benefícios.

Além da alteração da tábua de mortalidade, a taxa de juros atuariais também foi modificada, passando de 5,75% a.a. para 5,5% a.a. A decisão foi baseada na análise da tendência da taxa real de juros da economia no longo prazo. A taxa de juros é utilizada no cálculo dos compromissos atuariais do plano com os benefícios vitalícios em pagamento.

Na reavaliação atuarial referente ano base 2010, a alteração da tábua de mortalidade e da taxa de juros impactaram o resultado do Plano I, em função dos benefícios já concedidos na forma de renda mensal vitalícia.

O Plano II não sofreu impacto, considerando-se que este plano não possui nenhum benefício de renda mensal vitalícia concedido.

10. Fundos

	2010	2009
FUNDOS		
Programa previdencial	4.314	2.690
Fundo administrativo	31	=
TOTAL	<u>4.345</u>	<u>2.690</u>

Do montante total acumulado no Programa previdencial, R\$ 2.614 (R\$ 2.439 em 2009) referem-se ao Fundo de Sobras de Contribuições do Plano de Benefícios Perdigão Previdência – Plano I e R\$ 1.700 (R\$ 251 em 2009) referem-se ao Fundo de Sobras de Contribuições do Plano de Previdência Perdigão – Plano II.

O valor acima referenciado constou no plano de custeio anual, elaborado pelo Atuário responsável, conforme previsto nos regulamentos dos planos, sendo que o valor efetivamente utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora no ano de 2010 está demonstrado no quadro abaixo, segregado por patrocinadora:

PATROCINADORA	PATROCINADORA	SERVIÇO PASSADO	TOTAL
Brasil Foods S.A	166	49	215
Perdigão Agroindustrial	39	14	53
TOTAL	<u>205</u>	<u>63</u>	<u>268</u>

11. Operações transitórias

O valor registrado na conta Operações transitórias do Plano de Benefícios Perdigão Previdência – Plano I no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$ - 109.423 refere-se à saída, por transferência, do patrimônio correspondente aos saldos de contas dos participantes migrados do Plano I para o Plano II, conforme processo de migração ocorrido em 2009, cujo registro de entrada consta na conta Operações transitórias do Plano de Previdência Perdigão – Plano II (R\$ 109.423).

12. Movimentação do patrimônio social

A movimentação do patrimônio social, durante o exercício de 2010 e 2009, pode ser resumida como segue:

	2010		
	EM 1º JANEIRO	CONSTITUIÇÃO/(REVERSÃO) NO EXERCÍCIO	EM 31 DEZEMBRO
PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DOS PLANOS			
Provisões matemáticas	158.434	18.488	175.922
Equilíbrio técnico	1.264	(40)	1.224
TOTAL	<u>159.698</u>	<u>18.448</u>	<u>178.146</u>
FUNDOS			
Fundo previdencial	2.690	1.624	4.314
Fundo administrativo	=	31	31
TOTAL	<u>2.690</u>	<u>1.655</u>	<u>4.345</u>
PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>162.388</u>	<u>20.103</u>	<u>182.491</u>

13. Orçamento geral

A Entidade elaborou o orçamento para o exercício de 2010, de acordo com o estabelecido pela Resolução CGPC nº 5 de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores.

O orçamento foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo realizada em 15 de dezembro de 2009.

14. Outras informações

Em reunião do Conselho deliberativo da PSP, realizada em 20 de dezembro de 2010, foi aprovada proposta que promove ampla reorganização do programa previdenciário patrocinado pelo Grupo Brasil Foods, a saber:

§ alteração do Estatuto desta Entidade para alterar a sua denominação social de Perdigão – Sociedade de Previdência Privada para BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada e outros ajustes em sua estrutura de governança;

§ alteração do regulamento do Plano de Benefícios Perdigão Previdência (Plano I), para promover ajustes de desenho do plano e prever a opção de migração de reservas para o Plano III de Previdência Brasil Foods;

§ alteração do regulamento do Plano de Previdência Perdigão (Plano II), para promover o seu fechamento de massa e ajustes de desenho do plano, com previsão de migração de reservas para o Plano III;

§ implantação do Plano III de Previdência Brasil Foods (Plano III), na modalidade Contribuição Definida (CD), que será disponibilizado para todos os novos empregados contratados pelas patrocinadoras, bem como àqueles que optem por migrar dos Planos I e II, ressaltando-se que este novo plano terá desenho similar ao Plano II, porém sem a opção à renda vitalícia.

A reorganização do programa previdenciário contempla ainda o processo de transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios FAF, da Fundação Atílio Francisco Xavier Fontana – FAF para esta Entidade, que concentrará a gestão de todos os programas previdenciários do Grupo.

Todos os processos que são parte integrante desta reorganização, estão sendo submetidos à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Investimentos: em fase de constituição de uma carteira composta por títulos públicos do Governo Federal, - Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), onde serão alocadas as reservas matemáticas correspondentes aos benefícios concedidos do Plano I. Esta carteira, que terá seus títulos marcados na curva, está sendo constituída com títulos de diversos vértices, conforme apontado pelo estudo de ALM (Asset Liability Management), realizado no decorrer do exercício de 2010.

Rosane von Mechel
Diretora Superintendente

Vilço de Medeiros
Diretor Seguridade

Evandro Franco Correa
Diretor

Lana Longanezi
Contadora

—*—

6. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis da Perdigão – Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Perdigão – Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfase sobre a não apresentação de informações dos valores do exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC foram alteradas a partir de 2010. De acordo com a faculdade prevista nessa Resolução, não estão sendo apresentadas nas demonstrações individuais do plano de gestão administrativa os valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para fins de comparabilidade.

São Paulo (SP), 18 de março de 2011.

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Zenko Nakassato
Contador CRC SP-160769/O-0 S-SC

—*—

7. PARECER ATUARIAL

O Parecer Atuarial é elaborado por um atuário, que determina o valor do passivo atuarial e o plano de custeio necessário para honrar os pagamentos dos benefícios estabelecidos pelo regulamento dos planos. Este parecer é dado a partir da Avaliação Atuarial, que é o estudo técnico no qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos (compromissos) pelo Plano de Benefícios. A avaliação atuarial é feita no mínimo anualmente, com base nos dados estatísticos da população coberta pelo Plano, como a taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de retorno esperada para os investimentos, patrimônio do plano, entre outras.

7.1 PARECER ATUARIAL PLANO I PLANO DE BENEFÍCIOS PERDIGÃO PREVIDÊNCIA

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2010 do Plano de Benefícios Perdigão Previdência da Perdigão Sociedade de Previdência Privada referente às patrocinadoras BRF – Brasil Foods S/A e Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2010.

Após a análise desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial. A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

O Plano de Benefícios Perdigão Previdência foi extinto em 31/01/2009.

I – Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é igual a 2.512, sendo 1.183 do sexo masculino e 1.329 do sexo feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 39,2 anos.

O total de participantes aposentados é igual a 41.

O total de participantes aguardando o recebimento do benefício diferido é igual a 32.

O total de grupos familiares recebendo benefício de pensão é igual a 8.

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano de Benefícios Perdigão Previdência estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos.

Sendo assim, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação destes compromissos. Para a apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais, resultado de um processo de interação entre a Towers Watson, a entidade e as patrocinadoras.

• *Hipóteses Financeiras*

- Taxa real anual de juros: 5,5%
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 0,0%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios do plano: 100%

• *Hipóteses Biométricas*

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 (*)
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: RRB-1983
- (*) Segregada por sexo, constituída baseada na AT-2000 Basic desagravada em 10%

• *Taxa real anual de juros*

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios, poderia ser definida com base nas taxas de juro reais de títulos de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial.

Essas taxas, observadas nos títulos públicos (NTN-B), encontravam-se, em 30/09/2010, em torno de 5,9% a.a. Contudo, as patrocinadoras optaram por uma posição mais conservadora adotando a taxa no valor de 5,5% a.a.

• *Fator de determinação do valor real ao longo do tempo*

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano.

Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e dos benefícios, que ocorrerá durante o período entre duas avaliações atuariais.

A adoção de um fator de 100% reflete a expectativa de que não haverá redução inflacionária nos salários e benefícios, em termos reais, no ano seguinte ao da avaliação.

• *Tábuas Biométricas*

As tábuas biométricas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos do plano e observam os limites estabelecidos pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

• *Regime Financeiro e Métodos Atuariais*

Os benefícios do Plano de Benefícios Perdigão Previdência são avaliados pelo Regime de Capitalização Financeira.

Atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006

Em atendimento ao disposto no item 2 da Resolução CGPC nº 18/2006 e uma vez que se optou pela utilização da tábua AT-2000, a expectativa de vida dos participantes aposentados válidos é de 21,2 anos.

Índice de reajuste dos benefícios

Os benefícios do plano são reajustados anualmente, no mês de abril, pela variação do IPCA. Caso o benefício tenha sido concedido antes da aprovação do regulamento através da Portaria nº 2.957, de 30/06/2009, o valor do reajuste será correspondente à variação do IGP-DI.

III – Apuração do Patrimônio

Com base no balanço da Perdigão Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2010, o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios Perdigão Previdência foi apurado conforme abaixo indicado:

	VALORES EM R\$
Ativo Bruto	30.899.436,43
Exigível Operacional	(252.849,73)
Ativo Líquido dos Exigíveis	30.646.586,70

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade do Ativo do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PSPP - Perdigão Sociedade de Previdência Privada.

IV – Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Exigível Atuarial e dos Fundos em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	
Provisões Matemáticas	30.646.586,70
Benefícios Concedidos	9.898.745,85
Contribuição Definida	580.625,87
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	9.318.119,98
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	7.769.230,54
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.548.889,44
Benefícios a Conceder	17.166.031,46
Contribuição Definida	17.166.031,46
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadoras	9.530.388,47
Saldo de Contas - Parcela Participantes	7.635.642,99
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Provisão Matemática a Constituir	(280.060,65)
Serviço Passado	(280.060,65)
Patrocinadoras	(280.060,65)
Participantes	-
Déficit Equacionado	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
RESERVAS E FUNDOS	
Superávit Técnico Acumulado	1.223.714,40
Reserva de Contingência	1.223.714,40
Reserva para Revisão de Plano	-
Fundos	2.638.155,64
Fundo Administrativo	23.770,70
Fundo de Sobras de Contribuições	2.614.384,94

O Fundo de Sobras de Contribuições, de acordo com o item 7.4 do regulamento do Plano de Benefícios Perdigão Previdência, é constituído pela parcela da Conta de Patrocinadora não utilizada no pagamento de benefícios ou institutos e será utilizado para reduzir contribuições futuras da patrocinadora ou para a cobertura de eventuais insuficiências verificadas neste Plano de Benefícios, ou para formação de um fundo de oscilção de riscos para Benefícios Concedidos desde que previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo e elaborado com base no parecer atuarial emitido pelo Atuário.

V – Plano de Custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras efetuem, durante o ano de 2011, as contribuições previstas no Regulamento do Plano de Benefícios Perdigão Previdência. Essas contribuições foram estimadas em 0,59% da folha de salários de participação, sendo 0,51% correspondente à contribuição normal, na hipótese de os participantes contribuintes continuarem a efetuar contribuições em 2011 e 0,08% relativo à cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado.

O prazo de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 6 anos e 7 meses contados a partir de 30/09/2010. As patrocinadoras poderão utilizar o Fundo de Sobras de Contribuições para abater as contribuições a serem vertidas para o plano ao longo do exercício de 2011.

As despesas administrativas serão cobertas diretamente pelas patrocinadoras. No entanto, os participantes autopatrocinados e aqueles que estiverem exercendo a opção pelo benefício proporcional diferido deverão contribuir durante o ano de 2011 para as despesas administrativas com valor correspondente a 0,3% do salário de participação.

As contribuições Básicas dos participantes, previstas no regulamento do Plano de Benefícios Perdigão Previdência, foram estimadas em 1,65% da folha de salários de participação.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelos participantes e índice de adesão ao plano, as taxas demonstradas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Perdigão Previdência, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Rio de Janeiro (RJ), 7 de fevereiro de 2011.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Natasha Leal Ayres
M.I.B.A. nº. 930

-----*

7.2 PARECER ATUARIAL PLANO II PLANO DE PREVIDÊNCIA PERDIGÃO

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2010 do Plano de Previdência Perdigão da Perdigão Sociedade de Previdência Privada referente às patrocinadoras BRF Brasil Foods S/A, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF e Sino dos Alpes Alimentos Ltda, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2010.

Após a análise desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

I – Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é igual a 11.919, sendo 7.559 do sexo masculino e 4.360 do sexo feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 36,8 anos.

O total de participantes aposentados é igual a 5.

Há 10 participantes aguardando o recebimento do benefício diferido.

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano de Previdência Perdigão estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Adicionalmente, os benefícios em pagamento pelo plano não foram concedidos na forma de renda vitalícia e, portanto, suas provisões matemáticas são iguais aos saldos remanescentes registrados no balanço em 31/12/2010.

Sendo assim, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação destes compromissos.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano de Previdência Perdigão são avaliados pelo Regime de Capitalização Financeira.

III – Apuração do Patrimônio

Com base no balanço da Perdigão Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2010, o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Previdência Perdigão foi apurado conforme abaixo indicado:

	VALORES EM R\$
Ativo Bruto	151.993.624,04
Exigível Operacional	149.572,98
Ativo Líquido dos Exigíveis	151.844.051,06

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade do Ativo do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PSPP - Perdigão Sociedade de Previdência Privada.

IV – Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Exigível Atuarial e dos Fundos em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	
Provisões Matemáticas	150.136.892,92
Benefícios Concedidos	2.356.947,34
Contribuição Definida	2.356.947,34
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
Benefícios a Conceder	149.656.223,87
Contribuição Definida	149.656.223,87
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadoras	78.283.287,29
Saldo de Contas - Parcela Participantes	71.372.936,58
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Provisão Matemática a Constituir	(1.876.278,39)
Serviço Passado	(1.876.278,39)
Patrocinadoras	-
Participantes	-
Déficit Equacionado	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
RESERVAS E FUNDOS	
Superávit Técnico Acumulado	-
Reserva de Contingência	-
Reserva para Revisão de Plano	-
Fundos	1.707.158,24
Fundo Administrativo	7.091,05
Fundo de Sobras de Contribuições	1.700.067,19

O Fundo de Sobras de Contribuições, de acordo com o artigo 51 do regulamento do Plano de Previdência Perdigão, é constituído pela parcela da Conta de Patrocinadora não utilizada no pagamento de benefícios ou institutos e será utilizado para reduzir contribuições futuras da patrocinadora ou para a cobertura de eventuais insuficiências verificadas neste Plano de Benefícios, embasada em parecer do Atuário e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

V – Plano de Custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras efetuem, durante o ano de 2011, as contribuições previstas no Regulamento do Plano de Previdência Perdigão.

Essas contribuições foram estimadas em 2,33% da folha de salários de participação, sendo 1,98% correspondente à contribuição normal, 0,25% correspondente à contribuição específica, na hipótese de os participantes contribuintes continuarem a efetuar contribuições em 2011, e 0,10% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado.

O prazo de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 6 anos e 7 meses contados a partir de 30/09/2010. As patrocinadoras poderão utilizar o Fundo de Sobras de Contribuições para abater as contribuições a serem vertidas para o plano ao longo do exercício de 2011.

As despesas administrativas serão cobertas diretamente pelas patrocinadoras. No entanto, os participantes autopatrocinados e aqueles que estiverem exercendo a opção pelo benefício proporcional diferido deverão contribuir durante o ano de 2011 para as despesas administrativas com valor correspondente a 0,3% do salário de participação.

As contribuições dos participantes, previstas no regulamento do Plano de Previdência Perdigão, foram estimadas em 2,66% da folha de salários de participação.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelos participantes e índice de adesão ao plano, as taxas demonstradas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Previdência Perdigão, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Rio de Janeiro (RJ), 7 de fevereiro de 2011.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Natasha Leal Ayres

M.I.B.A. n.º. 930

—*—

8. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Perdigão – Sociedade de Previdência Privada, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos I e II do art. 58 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução CGPC n.º 5, de 30/1/2002, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da PSPP, referentes ao exercício findo em 31.12.2010, compostas por: Balanço Patrimonial; Demonstrações do Ativo Líquido (DAL) por plano de benefício (Plano I e Plano II); Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido (DMAL) consolidada e por plano de benefício (Plano I e Plano II); Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidado e por plano de benefício (Plano I e Plano II); Demonstrações das Obrigações Atuariais do Plano (DOAP) dos planos de benefício (Plano I e Plano II); Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial por plano (Plano I e Plano II) emitido pela Consultoria Atuarial Towers Watson Brasil e Parecer dos Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes. Com base nas análises dos documentos apresentados e no parecer dos auditores independentes, este Conselho é de opinião unânime que as demonstrações contábeis e atuariais estão de acordo com as normas legais e que os mesmos apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2010, razão pela qual encaminha ao Conselho Deliberativo da Perdigão - Sociedade de Previdência Privada, com parecer favorável à sua aprovação.

Videira (SC), 28 de março de 2011.

Amarildo Carlos Rodrigues
Presidente do Conselho Fiscal

Lola Pergher
Conselheira

Luciano Dal'Alba
Conselheiro

9. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Perdigão – Sociedade de Previdência Privada, no cumprimento de suas obrigações que lhe conferem os Incisos III e VII do artigo 38 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução CGPC n.º 5, de 30/1/2002, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da PSPP, referentes ao exercício findo em 31.12.2010, compostas por: Balanço Patrimonial; Demonstrações do Ativo Líquido (DAL) por plano de benefício (Plano I e Plano II); Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido (DMAL) consolidada e por plano de benefício (Plano I e Plano II); Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidado e por plano de benefício (Plano I e Plano II); Demonstrações das Obrigações Atuariais do Plano (DOAP) dos planos de benefício (Plano I e Plano II); Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial por plano (Plano I e Plano II) emitido pela Consultoria Atuarial Towers Watson Brasil e Parecer dos Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes. Após análise dos documentos supracitados e respaldado pelo Parecer do Conselho Fiscal de 28.03.2011, o Conselho Deliberativo resolve, por unanimidade de votos, aprovar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31.12.2010, as quais serão divulgadas a todos os Participantes dos Planos I e II, através do Relatório Anual de Informações e do site da Sociedade.

Videira (SC), 28 de março de 2011.

Gilberto Antonio Orsato
Presidente do Conselho

Marisilda Guerra
Vice-Presidente do Conselho

Luiz Francisco de Araujo
Conselheiro

João Maria Cassiano Neto
Conselheiro

Antonio Luiz Oneda
Conselheiro

Josmar Franceschini
Conselheiro

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PSPP EM 31/12/2010

CONSELHO DELIBERATIVO

É responsável pelos controles, deliberação e superior orientação administrativa da PSPP. Aprova a política de investimento, alterações do estatuto e dos regulamentos, o cálculo atuarial, o orçamento geral, bem como admissão de patrocinadoras, indicação da diretoria, além de aprovar as demonstrações financeiras e contábeis.

COMPOSIÇÃO:

<i>Gilberto A. Orsato</i>	Presidente
<i>Marisilda N. Guerra</i>	Vice-presidente
<i>Josmar Franceschini</i>	Titular
<i>Luiz F. C. de Araújo</i>	Titular
<i>Antonio L. Oneda</i>	(*)Titular
<i>João M Cassiano Neto</i>	(*)Titular
<i>Silvia E. R. Coelho</i>	Suplente
<i>Dilso G. Busanello</i>	Suplente
<i>Ideraldo L. Lima</i>	Suplente
<i>Sidiney Koerich</i>	Suplente
<i>Nelson A. Antunes</i>	(*)Suplente
<i>Mauricio A. Cherobin</i>	(*)Suplente

CONSELHO FISCAL

É responsável por zelar pela gestão econômica e financeira da PSPP, acompanhando os controles internos e a gestão dos recursos.

COMPOSIÇÃO:

<i>Amarildo C. Rodrigues</i>	Presidente
<i>Lola Pergher</i>	Titular
<i>Luciano D'Alba</i>	(*)Titular
<i>Mauro A. Fornazzari</i>	Suplente
<i>Joacildo A. Scarton</i>	Suplente
<i>Luiz C. Zanotto</i>	(*)Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

É responsável por administrar a PSPP, fazendo cumprir as determinações do Conselho Deliberativo, sendo que compete ao Diretor Superintendente dirigir, coordenar e controlar todas as atividades.

COMPOSIÇÃO:

<i>Rosane von Mechel</i>	Dir. Superintendente
<i>Vilço de Medeiros</i>	Diretor Seguridade
<i>Evandro F. Correa</i>	Diretor

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

É responsável por propor à Diretoria Executiva estratégias eficientes de gestão de investimentos e acompanhar o gerenciamento das aplicações.

COMPOSIÇÃO:

<i>Rosane von Mechel</i>	Coordenadora
<i>Edina A. Gomes Biava</i>	
<i>Antonio Carlos Zanella</i>	
<i>Fábio L. Mendes Mariano</i>	
<i>Evandro F. Correa</i>	
<i>Vilço de Medeiros</i>	

(*) Conselheiros eleitos pelos participantes

